



INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E MÍDIA

HENRIQUE FALCÃO NUNES DE LIMA

RESUMO

Este breve trabalho tem o intuito de expor como a grande mídia, desde suas primícias, influenciou na imagem negativa dos terreiros, taxados preconceituosamente como espaço de cultos pecaminosos e tendo seus praticantes como indivíduos maléficos e inconfiáveis, auxiliando na construção da subalternidade desses povos que vivem até a contemporaneidade com uma autoestima abalada por contínua intolerância religiosa.

PALAVRAS-CHAVE: Povos de Terreiro. Mídia. Intolerância Religiosa. Comunicação.

ABSTRACT

The purpose of this brief work is to show how the media, from its first fruits, influenced the negative image of the terreiros, preconceivedly classified as a space of sinful cults and having their practitioners as evil and unreliable individuals, helping in the construction of the subalternity of these peoples who live to the present times with a self-esteem shaken by religious intolerance.

KEYWORDS: Peoples of Terreiro. Media. Religious intolerance. Communication.

INTRODUÇÃO

O sucinto trabalho tem como objetivo analisar e posteriormente trazer uma problematização acerca de como os meios de comunicação desde suas primícias, das cartas, expansão dos jornais impressos até as televisões na contemporaneidade, auxiliaram (e auxiliam) na construção de uma imagem negativa do espaço ao culto de religiosidades afroindígenas⁹ e consequentemente de seus praticantes, sendo esses continuamente relacionados a estigmas negativos, diabólicos e demais sinônimos maléficos.

Aplicando como metodologia o caráter bibliográfico, as produções acadêmicas foram analisadas para fundamentar como as mídias propagaram/propagam discriminação sob as diversas religiosidades de terreiro, taxados preconceituosamente como espaço de cultos 9. Sempre irei me dirigir ao culto como “afroindígena” por acreditar numa perspectiva igualitária dentro do próprio terreiro. Sabemos que as culturas africanas foram imbricadas com a indígena na fermentação do candomblé e na resignificação da prática da Jurema Sagrada no Nordeste, porém o que chamamos de “nagôcentrismo” acaba sobressaindo sob as demais vertentes de adoração praticadas no espaço do terreiro. Não sobrepor o africano Yorubá dos indígenas e dos demais povos africanos que aqui deixaram suas influências religiosas é de suma importância para mim.



pecaminosos e tendo seus praticantes como indivíduos maléficos e inconfiáveis, auxiliando na construção da imagem simbólica do mal.

Através de uma construção proposital, historicamente imposta nos demais não cristãos que já habitavam o Brasil antes da chegada dos colonizadores, até os escravizados dos variados países do continente africano sejam Bantus, antigos Daomeanos ou Yorubanos, o modelo cristão sucedeu um padrão de vida hegemônico e universalista, baseado sempre na perspectiva ocidental, ou seja, eurocêntrica, negligenciando demais epistemologias remanescentes dos considerados subalternos perante a monarquia e a elite.

Com a diversidade cultural religiosa explodindo no Brasil após a importação negra de escravizados, os cultos de Orixás¹⁰, Voduns¹¹, Nkisis¹² e também de espíritos indígenas foram ressignificados nessa diáspora, como estudado em Bastide (1971) e por tantos outros autores clássicos da antropologia. Nesse contexto que a santa inquisição ainda estava no imaginário coletivo e as práticas de “feitiçaria” não eram só ilegais, mas abomináveis para os cristãos hegemônicos, assumir uma identidade religiosa diferente era uma maneira de vida que coabitava com a resistência no ato de existir.

UM PRINCÍPIO DA COMUNICAÇÃO COMO REPRESSÃO RELIGIOSA:

Com a chegada da colonização no Brasil o cristianismo foi implantado forçadamente como religião oficial desse grande território, contudo, os cultos indígenas já se faziam presentes a séculos, no Nordeste a pajelança e a devoção à Jurema Sagrada se apresentavam com bastante força. As invocações espirituais eram tão assíduas a ponto de incomodar os colonizadores, que consideravam aquelas práticas satânicas.

Nesta situação, ocorreu o que para mim foi um dos primeiros meios de comunicação com o objetivo de reprimir a religiosidade nativa. O historiador Alexandre L’Omi L’Odò, na sua dissertação de mestrado (2017), pesquisando no Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano encontrou documentos do Arquivo Histórico Ultramarino¹³ e, após um trabalho paleográfico, expôs pioneiramente o primeiro registro histórico completo que mandava reprimir a Jurema no Brasil, através de uma carta do então governador de Pernambuco Henrique Luís Pereira Freire de Andrade até o Rei Dom. João V, pois o “reverendíssimo bispo”, como assim citado na carta, aclamava como um caso grave de feitiçaria¹⁴.

10. Divindades ancestrais provenientes do território Yorubá, Nigéria.

11. Divindades cultuadas originárias do antigo Reino Daomeano, atual Benim.

12. Ancestrais africanos que aportaram nessas terras pioneiramente com a chegada dos povos Bantus, vindos da região centro-sul africana.

13. Segundo o autor (p. 44), o Arquivo Histórico Ultramarino tem em seu acervo a memória das relações de Portugal com o Brasil de 1548 - 1825.

14. Optei por não transcrever o documento em decorrência de seu tamanho, contudo está disponível na dissertação do autor tanto sua descrição feita através da paleografia quanto as imagens originais em anexo do trabalho. O Para acessar



O conjunto de documentos que forma o processo 4884 do Arquivo Histórico Ultramarino, que relata a criação de uma junta de missões para melhor administrar as aldeias e missões indígenas na capitania da Paraíba, e evitar conflitos com os índios, como o que ocorreu na precipitada prisão de um “feiticeiro” que causou a reação dos mesmos índios, havendo mortes. Tudo isso por consequência do uso de uma bebida chamada Jurema, comemorou 275 (duzentos e setenta e cinco) anos de existência em julho de 2016. (L’ODÒ, 2017, p. 44).

É nítido como desde as primícias da comunicação formal no Brasil seus usos foram porta voz de repressão das demais formas religiosas que habitavam o território nacional.

CONCEITOS COMO REFERÊNCIA:

Desse modo, é importante salientar o conceito de comunicação para adentrarmos com propriedade no tema proposto. Tendo como base o teórico Bordenave na sua obra *O que é Comunicação* (1997), após dar diversos exemplos de meios de comunicações, sejam eles nos gritos e balançar das bandeiras das torcidas nos estádios de futebol, o burburinho das feiras provenientes das negociações dos fregueses com os feirantes, o gesto de silêncio de uma mãe que almeja ver a novela para sua filha pequena não atrapalhara o momento, dentre outros, afirma que milhões de microambientes formam o macroambiente social da comunicação (p.12 - 16). O conceito de comunicação para Bordenave é altamente extenso e abrangente:

A comunicação foi o canal pelo qual os padrões de vida de sua cultura foram-lhe transmitidos, pelo qual aprendeu a ser “membro” de sua sociedade - de sua família, de seu grupo de amigos, de sua vizinhança, de sua nação. Foi assim que adotou a sua “cultura”, isto é, os modos de pensamento e de ação, suas crenças e valores, seus hábitos e tabus. (BORDENAVE, 1997, p.17).

Tendo em vista tamanha abrangência, almejo focar nos meios de comunicação e não na comunicação em si, sendo ela tudo que envolve a ação humana com os demais indivíduos, permitindo socialização desde a pré-história, pois sem comunicação “cada pessoa seria um mundo fechado em si” (p.36).

Para Bordenave esses meios desempenham funções importantes nas vidas das pessoas, quando um indivíduo decodifica e interpreta um meio de comunicação ele cria uma opinião e é influenciado por esse meio, que tem como objetivo prover informações, difundir notícias, até atuar como escape da realidade e acompanhar o receptor nos momentos de solidão, como o autor cita sendo uma das funções do rádio. Mas, como visto no tópico “A Comunicação do Poder” (p. 97), o que aconteceria quando esses meios de comunicação



difundissem dados e ideias que contribuíssem para o desejo de genocídio e epistemicídio dos corpos e das ideias dados como subalternos? A concepção simbólica do “vilão”.

A MÍDIA E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM SIMBÓLICA DO MAL:

Através da leitura da obra *Histórias que a Mídia Conta* (2010) da autora Patrícia Bandeira de Melo, pode-se ter uma noção da autoridade exercida pela imprensa em evidenciar e definir o sujeito que conduz com o padrão de vida hegemônico do bem e o desajustado que foge da regra e pode ser taxado como mau, aquele que atua erroneamente.

A autora evidencia a representação que a imprensa cria e transmite através de suas narrativas sobre ação violenta, sobre o mal, etc., tendo o campo jornalístico como seu objeto de pesquisa e constatando suas interferências nas opiniões dos demais:

O indivíduo age segundo paradigmas inscritos culturalmente nele, no nível do mito e do sagrado. E é justamente a imprensa que funciona como condutora desses paradigmas, inscrevendo em seu discurso o que é puro e o que é profano, o que é bom e o que é mau na ação humana. (MELO, 2010, p. 17).

No terceiro capítulo “A Imprensa: protagonista e mediadora de representação”, sublinho o tópico “O poder da imprensa na definição da notícia” (p. 196), Melo retrata o poder da imprensa na influência dos indivíduos para beneficiar o próprio mercado jornalístico, sendo ele um reflexo do que a população almeja obter como informação, gerando o que considero uma espécie de ciclo - gerar notícias que os demais querem receber:

Nas instituições jornalísticas, sentidos são construídos e ações sociais são legitimadas, rechaçadas ou negligenciadas. Está, assim, em relação de poder sobre as demais instituições que compõem a estrutura social, construindo e transmitindo cultura, ainda que tensionando os valores individuais dos jornalistas e os valores institucionais estabelecidos como normas pela empresa. (MELO, 2010, p. 197).

As manchetes são definidas de acordo com os fatos da sociedade e o conteúdo da matéria serve como próprio produtor do sentido que o indivíduo deve receber, é o caminho que levará a formulação das opiniões da massa sobre o episódio relatado.

Dessa forma, contextualizar as declarações de Melo sobre a ação da mídia no medo coletivo e na violência com o âmbito das religiões de matrizes afroindígenas é coerente. Como a autora afirmou:

Ainda que o medo coletivo do crime não esteja exclusivo da estrutura social bra-



sileira, o discurso que se constrói na imprensa nacional estimula sensações de insegurança e risco na nossa sociedade em relação aos outros países do mundo. O impacto das narrativas sobre os crimes violentos aponta para duas consequências: i. estímulo à ação criminoso violenta; ii. Medo do crime. (MELO, 2010, p. 236).

É habitual as duas reações citadas pela autora ocorrerem também sob as religiosidades de matrizes afroindígenas - quando não têm seus fiéis e espaços agredidos e depredados (como a expressão “chuta que é macumba”, que já é natural para os ouvidos dos brasileiros), são alvos de medo e insegurança, afinal ainda pairam sob os praticantes das variadas formas de cultos afro-indígena o imaginário de feiticeiros perigosos que os demais não devem se aproximar. Logo, é necessário buscarmos as aparições desses cultos nos primórdios midiáticos de massa.

A ATUAÇÃO DOS JORNAIS NO SÉCULO XX COMO MEIO DE REPRESSÃO NOS FIEIS DAS RELIGIOSIDADES AFROINDÍGENAS:

Como analisado no artigo *A Polícia no Estado Novo Combatendo o Catimbó (2009)* da professora Zuleica Campos, após a implementação do Estado Novo em 1937 através do golpe ditatorial de Getúlio Vargas, foi proibido por lei qualquer manifestação do que era chamado de “baixo espiritismo”¹⁵. Em Pernambuco, sob domínio do governador Agamenon Magalhães, as repressões foram contínuas e a criação do Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas contribuía para efetivar prisões e internações de pessoas consideradas “feiticeiras” e/ou “charlatões”.

Essas medidas também expressam o pensamento do Interventor Federal e de seu secretariado. Tomando o Catolicismo como religião oficial do Brasil, empenharam-se na tentativa de apagar da sociedade todas aquelas práticas religiosas que “ameaçavam” a doutrina social cristã, propagada na época. A Folha da Manhã, de propriedade de Agamenon Magalhães, veiculava a doutrina proposta através do processo de “catequização” da sociedade. Os afros umbandistas deveriam ser desconstruídos, marginalizados e, finalmente, silenciados. Uma estratégia encontrada foi dar visibilidade às ações praticadas pela Polícia. (CAMPOS, 2009, p. 310).

A prática corriqueira de perseguir sacerdotes e fiéis das matrizes afroindígenas através das invasões, fiscalizações e destruições dos terreiros corresponde com as representações que faziam desses, contribuindo com a construção simbólica da imagem negativa e no que diz respeito sobre suas práticas “exóticas” aos olhos da população, que concebiam as informações através da polícia e dos jornais que não dosavam o sensacionalismo.

15. O debate levantado por Patricia Bandeira de Melo (2010, p. 93) acerca da definição de crime e o questionamento, “o que seria crime?” ajudou a captar a ideia de criminalizar terreiros, levando em consideração que: “Uma compreensão clássica de crime é a de que qualquer comportamento desviante do que o senso comum estabelece como normal no tempo e no espaço, atingindo a moralidade coletiva e produzindo um ultraje moral nos indivíduos”. (p. 95).



Sobre isso Gonçalves Fernandes exprime logo no início de seu livro *Xangôs do Nordeste*¹⁶ (1937), que foi de grande uso para a formulação do trabalho:

Afastados de outras casas, no meio de sítios ou cercados, em arrabaldes de grande densidade de população pobre, eram apontados os Xangôs no Recife como centro de bruxaria. Dessas casas modestas de taipa dos negros a imaginação dos moradores mais próximos fazia sede de praticas demoníacas. (...) Não se tinha idéa, exceção de poucas pessoas, do sentido religioso dos toques. Reporter e gente da policia, esses sabiam um pouco mais. (FERNANDES, 1937, p. 7).

Desdobrando a mesma obra, Fernandes transcreve manchetes que eram publicadas nos jornais da década de 30, principalmente a partir de batidas policiais (como Zuleica Campos também apresentou), que trago como *locus* de destaque na minha composição textual.

O “Diário da Tarde” de 1º de Setembro de 1933 noticiava: AFOGADOS, REFUGIO DOS MACUMBEIROS AFRICANOS. A POLICIA DISSOLVE DOIS NUCLEOS DE BRUXARIA ALI EXISTENTES. “PAI NOBERTO” NOVAMENTE EXPERIMENTA O AGRADÁVEL CONFORTO DE UM XADREZ. (FERNANDES, 1937, p.11).

O caso findou na confiscação de diversos objetos litúrgicos sob suspeita de serem objetos criminosos e todos os presentes, além do sacerdote (que havia sido preso meses antes), foram encarcerados na cadeia de Segurança Pública.

Gonçalves Fernandes dá continuidade expondo outra matéria:

Ainda do “Diário da Tarde”, de sua edição de 12 de Abril de 1934 recortei a notícia: O CENTRO ESPÍRITA CARIDADE E AMOR EM JESUS CRISTO TRANSFORMADO EM SEDE DE “MACUMBAS” DESENFREADAS E DELIRANTES - AS ESTRANHAS RECEITAS DOS “ESPÍRITOS” - ETC. (FERNANDES, 1937, p. 13)

Nesse caso específico, o centro localizado no bairro de Dois Irmãos foi denunciado pelos vizinhos como espaço de “algazarra constante” (p.14) e casa de espíritos infernais. Com a chegada das autoridades e dos jornais, afirmaram que “Caridade e Amor em Jesus Cristo” era pura tapeação para funcionar um centro de macumbeiros, detendo todos os presentes e confiscando os objetos do mocambo.

No capítulo intitulado “Baixo Espiritismo”, o autor já inicia citando mais uma matéria de jornal:

O “Diário da Tarde” do Recife, nos seus fatos diversos de 16 de Novembro de 1934:

16. As citações foram transcritas sem reformular a ortografia ou as escritas do autor, diversas palavras vistas na contemporaneidade podem ser consideradas erradas, optei por manter a fidelidade da obra, incluindo as frases em destaque com letras maiúsculas.



O ESPÍRITO CABOCLO. UM DESORDEIRO DIZENDO-SE MANIFESTADO, PÕE UMA LOCALIDADE EM POLVOROSA. José Porvino da Silva, vulgo Zé Bezouro. Refinadíssimo Malandro. Perigosíssimo desordeiro. De dia, no xadrez. A' noite, no “bas fond” (...). (FERNANDES, 1937, p. 129).

No mesmo capítulo ele descreve um fato divulgado pelo jornal que noticiou a tentativa de assassinato de policiais ao adentrarem num terreiro no município de Vitória, que gerou grande rebuliço popular e comoção com a suposta vítima:

O “Diário da Tarde”, do Recife, edição de 6 de Agosto de 1935, noticiava: ANIMAIS SANGRADOS, NUMA FESTA RELIGIOSA DO RIACHÃO. O INSPETOR DE QUARTEIRÃO QUIS PROIBI-LO E QUASE FOI ASSASSINADO. O lugar Riachão, situado no município de Vitória, conserva ainda hábitos antigos e espantosos. O fato ocorrido no dia 24 de Junho, causou espanto em todo município. Uma festa religiosa ali realizada terminaria, de acordo com o programa, com o sacrifício às divindades, de modestos perus e galinhas. A cena seria, na verdade, sensacional, e, por isso, a ocorrência à festade Riachão ultrapassou os limites: O comissário de Serra Grande soube da historia e não quiz que se consumasse o rito bárbaro. Reação e tentativa de morte (...). (FERNANDES, 1937, p. 131/132).

Esses fragmentos retirados do *Xangôs do Nordeste* ilustram de forma notória um pouco da atuação jornalística na influência no descrédito dos praticantes dessas tradições ancestrais, utilizando estrategicamente sempre termos pejorativos que favorecem o estigma do religioso e o realce da “boa ação” cumprida pela polícia e pelo Estado combatendo esses perigos que assolam as ruas das cidades.

CASO MÃE GILDA DE ÒGÚN:

Em 2007, o dia 21 de janeiro foi instaurado como o dia nacional de combate à intolerância religiosa, pela Lei nº 11.635, por rememorar a data de falecimento da Iyalorixá baiana Mãe Gilda de Ògún. É bastante significativo evocar esse estudo de caso que teve como ponta pé o jornal Folha Universal da IURD - Igreja Universal do Reino de Deus para compor um trabalho que retrata os meios de comunicação efetivando a intolerância religiosa.

Em outubro de 1999, a Folha Universal publicou uma fotografia da sacerdotisa associando -a a sua matéria destrutiva que dizia: “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”¹⁷. A partir dessa exposição falsa e criminosa associando a Iyalorixá com charlatanismo, o jornal foi distribuído gratuitamente numa tiragem de 1.372.000 (um milhão e trezentos e setenta e dois mil) exemplares.

17. Foto da capa da matéria em Anexo I.



Como consequência, ao terem conhecimento da matéria, a comunidade e demais pessoas da cidade iniciaram uma série de agressões verbais e físicas à Mãe Gilda, seu marido e no seu terreiro; objetos sagrados foram depredados e conseqüentemente a saúde da mesma foi debilitada até seu falecimento no dia 21 de janeiro de 2000, 3 meses após a publicação. Em um curto período de tempo a vida de uma senhora fora tumultuada no decorrer de uma fraude inconsequente que findou no pior desfecho possível.

Com relação a ocorrência, considero o artigo “Do “mito” ao “simulacro”” (2005) da professora Maria Eduarda da Rocha Mota como complementar, quando a mesma discute Roland Barthes, afirmando que uma forma de manipular um mito é apresentar essa história falaciosa como um “fato”, mas na realidade ela é um “valor” pessoal, ou seja, o falante do mito deve esconder convictamente suas verdadeiras intenções por trás desse “fato” proferido para que esse “fato” funcione.

Lembremos, de passagem, que a naturalização é o efeito ideológico por definição, ao retirar dos seres humanos o estatuto de agentes da história, que se apresenta então como algo dado. O que permite ao leitor consumir inocentemente o mito é o fato de que enxerga nele um sistema indutivo, de relações que traduzem um estado natural do mundo, e não qualifica os acontecimentos apresentados. (ROCHA, 2005, p. 119).

Os leitores da Folha Universal consumiram uma suposta verdade, pois era o intuito da instituição cristã induzir que a inocente fosse enxergada como culpada por não adotar como padrão de fé o mesmo padrão que os fiéis da IURD propagam.

CASO MENINO FLÂNIO DO BREJO DA MADRE DE DEUS:

Na metade do século XX a televisão é implantada no Brasil, um novo meio mais moderno e completo é introduzido, estreia então o audiovisual no país. Esse meio não ficou de fora na perpetuação da intolerância religiosa. Programas sensacionalistas tomavam como estratégia de audiência a mostra de matérias que relacionavam tragédias ou casos chocantes com práticas religiosas afroindígenas, conservando o estigma do “baixo espiritismo” tão difundido perante os âmbitos dos terreiros.

Acentuo um estudo de caso que foi a ocorrência do estupro seguido de assassinato do menino Flânio da Silva (9 anos) no Brejo da Madre de Deus (agreste pernambucano) no ano de 2012. Segundo as notícias difundidas nos jornais televisivos e online, o garoto fora sacrificado num ritual macabro de magia negra, pois encontraram artefatos como: velas,



garrafas de cachaça e alguidares (peças relacionadas as práticas de terreiro); parte dos responsáveis do crime foram colocados como sacerdotes, tendo suas identidades divulgadas na mídia com a palavra “pai” antes dos nomes, indicando o cargo supremo dentro de um terreiro de candomblé.

A divulgação irresponsável do caso findou na revolta popular dos moradores locais, os próprios policiais que tentaram conter os ânimos foram apedrejados. Houveram depredações nas casas dos criminosos envolvidos e além disso a destruição de oito terreiros da cidade que não tinham nenhuma relação com nenhum dos participantes do crime, mas lamentavelmente receberam as consequências após a parcialidade midiática nesse acontecimento trágico, que proferiu o sacrifício humano como prática nativa dos terreiros. Os verdadeiros sacerdotes e sacerdotisas foram hostilizados e afugentados do município.

A instituição pernambucana QCM - Quilombo Cultural Malunguinho, que tem como base a luta dos povos de terreiro, realizou um seminário no mesmo ano da tragédia no Palácio de Iemanjá (famoso terreiro da cidade de Olinda), convocando além da comunidade religiosa a mídia local para debater crime de racismo religioso nos meios de comunicação de massa.

O Estado pernambucano até hoje não reparou os danos morais e sociais que os terreiros do Brejo da Madre de Deus sofreram decorrente a este caso, seguindo até hoje omissos ao terror vivido.

REDE RECORD DE TELEVISÃO, RACISMO RELIGIOSO TELEVISIVO:

Com base no artigo *Negócios, Poder e Fé (2012)* de Ronaldo Almeida aponto aqui uma crítica direta a Rede Record de Televisão, que tem como proprietário o bispo evangélico Edir Macedo, o mesmo responsável pela IURD - Igreja Universal do Reino de Deus, e que tem inúmeros casos na justiça desde a compra da emissora até as denúncias de inverdades divulgadas.

A emissora mantém na programação cultos com a presença de exorcismos, cujo os endemoniados afirmam ao vivo estarem incorporados com entidades cultuadas em terreiros de Jurema, Umbanda e Candomblé. Essas imagens divulgadas na TV aberta educam uma gama de telespectadores que consomem esses conteúdos como verdades e procriam descrenças a partir da fé.

Depois de divulgarem matérias parciais acusando cultos africanos de sacrificarem crianças¹⁸ e questionando se sacerdotes seriam feiticeiros ou criminosos uma série de atentados ocorreram. Em 2012 o Babalorixá olindense Erico Lustosa teve em frente a seu terreiro um

18. Matéria disponível online em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HNXAnn3AIXs>> Acessado no dia 06



ato de repúdio de centenas de fiéis evangélicos quando ocorreu uma denúncia anônima afirmando que uma criança estava sendo sacrificada naquele espaço, a polícia foi acionada e no fim nada foi encontrado¹⁹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível a ação dos meios de comunicação para manter suas concepções como universais, mesmo que ameacem uma gama de pessoas que utilizaram historicamente de recursos para esconderem sua fé do jeito que ela é de fato (seja na forma de negar/mentir sua religião, seja na crença através do sincretismo, etc.). O uso de falácias que são tomadas como verdades é imenso, o número de empresas jornalísticas movidas por capitais provenientes de órgãos religiosos que são contra as concepções “não cristãs” (como o caso citado da Folha da Universal) é incalculável.

O meu trabalho pode ser muito mais elaborado, é de grande complexidade, exige um vasto material e tenho como propósito fazê-lo através da quantidade de dados disponíveis para enriquecer tamanha temática.

Os meios de comunicação no Brasil, ainda precisam de muito processo educativo contra o racismo e intolerância religiosa, cabendo aos órgãos de justiça, como o Ministério Público, insistir em reprimir os atos ainda vistos nos meios de comunicação. Enquanto os catimbozeiros, candomblecistas e umbandistas não ocuparem os meios de comunicação, a mídia não representará nunca a face de nosso povo, com suas fés e formas tradicionais de vida.

Finalizo afirmando que lutar por uma mídia laica é indispensável em momentos de ataques tão regulares no Brasil perante as religiões de matrizes afroindígenas nos últimos séculos. Propagar ódio é uma estratégia de dominação e controle dos demais, lamentavelmente aqueles que não se dominam, como resultado são reprimidos.

19. Matéria em que o Babalorixá dialoga sobre o caso: <<https://www.youtube.com/watch?v=xbRRiyjP7il>> Acessado no dia 06 de novembro de 2018.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **Negócios, Poder e Fé: a universal contra a mundial.** In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANE, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (orgs). **A religião no espaço público: atores e objetos.** São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações,** 1º volume, São Paulo: Editora da USP, 1971.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Comunicação.** Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1997.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **A Policia no Estado Novo Combatendo o Catimbó.** Maringá: Revista Brasileira de História das Religiões - Ano I, n. 3, ISSN 1983-2859 - Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas, jan de 2009.

FERNANDES, Gonçalves. **Xangôs do Nordeste: investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife.** Rio de Janeiro: Editora: Civilização Brasileira S. A. Editora, 1937.

LODÒ, Alexandre Alberto dos Santos Oliveira L'Omi. **Juremologia: Uma busca etnográfica para sistematização de princípios da cosmovisão da Jurema Sagrada.** Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2017.

MELO, Patricia Bandeira de. **Histórias que a Mídia Conta: o discurso sobre o crime violento e o trauma cultural do medo.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. **Do “mito” ao “simulacro”:** a crítica da mídia, de Barthes a Baudrillard. Revista Galáxia, São Paulo, n. 10, p. 117-128, dez. 2005.

REFERÊNCIA WEBGRÁFICA:

<http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=256&cod_boletim=14&tipo=Artigo> Acessado no dia 06 de novembro de 2018, 10:34 horas.



ANEXOS:

Anexo I





ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA CABORÉ

A Revista Caboré é uma publicação semestral do corpo discente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, Campus Dois Irmãos.

Define-se como um periódico científico que se dedica à publicação de artigos, resultantes de atividades de pesquisa, resenhas, traduções e entrevistas elaboradas pelo corpo discente.

Propõe-se a divulgar a produção acadêmica nas Ciências Sociais e áreas afins feitas pelos alunos e alunas das Ciências Sociais e áreas afins.

São aceitos para a publicação na Revista Caboré artigos científicos inéditos, caracterizados como de interesse à difusão de ideias e ao desenvolvimento das áreas de Ciências Sociais e áreas afins.

O material para publicação deverá ser encaminhado de acordo com o disposto nas normas para publicação da revista. Os autores, ao submeterem artigos para publicação na Revista Caboré, serão legalmente responsáveis pela garantia de que o trabalho não constitui infração de direitos autorais, isentando o Departamento de Ciências Sociais da UFRPE, e o Comitê Editorial da Revista, de qualquer responsabilidade.

Os trabalhos serão examinados pelo Comitê Editorial, no qual os autores não são identificados pelos pareceristas em nenhuma fase do processo da avaliação e vice-versa.

Os artigos científicos submetidos à análise para publicação na Revista Caboré devem ser originais, não tendo sido publicados em outros meios de comunicação ou estarem sendo avaliados para publicação em outro periódico. Devem apresentar contribuição para o debate nas Ciências Sociais e áreas afins.

Os artigos poderão ser escritos por até 3 autores e conter no mínimo 10 páginas e no máximo de 15 páginas, com as referências.

Somente serão aceitas submissões de trabalhos em que o primeiro autor seja discente das Ciências Sociais, áreas afins e trate de temas relativos a proposta da Revista.

Para garantir o anonimato no processo de avaliação, o(s) autor(es) deve (m) anexar o arquivo com o artigo sem qualquer identificação no texto. Um arquivo complementar deverá ser anexado com a identificação do(s) autor(es) devendo-se incluir nome completo, vínculo institucional, vínculo com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, endereço postal e eletrônico. Neste arquivo pode-se incluir também notas de agradecimento a pessoas ou instituições financiadoras e/ou outras desejadas pelo(s) autor(es).



Ao enviar o material para publicação, o(s) autor(es) estará(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, em conformidade com o Regulamento da Revista.

O envio do artigo a Revista Caboré implica autorização para publicação, ficando acordado que não serão pagos direitos autorais de nenhuma espécie. Uma vez publicados os textos, a Revista se reserva todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo sua posterior reprodução como transcrição e com devida citação de fontes.

O artigo a ser submetido deve conter:

- a) título: que represente adequadamente o conteúdo do trabalho, com no máximo 17 (dezesete) palavras, em negrito, fonte 12, centralizado;
- b) resumo: em 1 (um) único parágrafo que contenha objetivo, metodologia, os principais resultados e conclusões, com até 6 linhas, fonte 12, espaçamento simples;
- c) palavras-chave: no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) - Conforme Norma 6028 da ABNT;
- d) abstract (tradução do resumo para a língua inglesa);
- e) keywords;
- f) introdução, objetivos, metodologia, desenvolvimento (revisão, resultados e discussões), conclusões ou considerações finais. Não necessariamente com estes títulos;
- g) referências: devem seguir as especificações adotadas pela ABNT e listadas, em ordem alfabética, ao final do artigo. Devem ser incluídas apenas as referências citadas no texto.
- h) a fonte deve ser Arial.
- i) As autoras e autores devem ter id do ORCID e devem anexar o arquivo do artigo em WORD na área de autores da Revista Caboré.para avaliação. O link para anexar o arquivo é: <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/revistacabore>

